



RESENHA BIBLIOGRÁFICA DOCUMENTALÍSTICA



I. **INFORMÁTICA**

II.

1.1 Resenhista: ELIAS BRASILINO DE SOUZA

1.2 Autoria: ELIAS BRASILINO DE SOUZA

1.3 Título: “Cidadania indígena, políticas públicas e desafios da sustentabilidade no Alto rio Negro”

1.4 Cidade de Publicação: Manaus/Am

1.5 Editora: EDUA

1.6 Ano de Publicação: 2012

1.7 N° de páginas:209

1.8 Formato: Brochura

1.9 Preço médio: R\$ 40,00

II. **SAPIÊNCIA**

2.1 Credenciais da Autoria: Filósofo, Prof. De História e Sociologia, Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia, Especialista em Gestão Ambiental, Diretor-Geral do IFAM – Campus São Gabriel da Cachoeira, experiência em gestão pública e análise de poder.

2.2 Ideias Básicas da Autoria (Esta é a fase dedicada às conclusões que o autor enuncia na obra. De que trata a obra, quais as hipóteses levantadas pela autoria? Como o autor abordou o assunto?).

2.3 Conclusões da Autoria (Dizer se o autor apresenta conclusões ou não. Em caso positivo, quais foram as principais conclusões por ele enunciadas?)

2.4 Quadro de Referência do autor: modelo teórico crítico-dialético, modelo teórico sistêmico e teoria crítico-social (Hegel, Marx, Boaventura de Sousa Santos, Edgar Morin, Gramsci e Fritjof Capra..

2.5 Metodologia da Autoria: abordagem metodológica crítico-dialética e sistêmica.

2.6 Digesto(Fazer uma apreciação da obra, apresentando um resumo das principais ideias expressas pelo autor, Informar como o autor se situa em relação às

Escolas ou correntes científicas, filosóficas ou culturais; assinalar o mérito da obra, verificar a natureza das ideias - se são originais, criativas e consistentes; explicar o estilo da obra quanto a concisão, objetivos, precisão e coerência).

2.7 Crítica do Resenhista (Estabelecer um julgamento da obra do ponto de vista metodológico: coerência entre a posição central e a explicação, discussão e demonstração).

2.8 Indicação da Obra: para estudos em História dos povos indígenas do rio Negro, Sociologia indígena, Gestão e Políticas Públicas para populações tradicionais.

2.9 Local, Data e Carga horária

(RESENHA)

O livro “Cidadania indígena, políticas públicas e desafios da sustentabilidade no Alto rio Negro”, aborda o processo relações entre os povos indígenas do Alto rio Negro e o Estado brasileiro, explicitando as tensões e conflitos ocorridos nessa interação, no contexto da História recente da região em foco, bem como a maneira com que esses povos rionegrinos têm exercido sua cidadania, buscando sua inserção no processo de inclusão social, por meio de projetos centrados nas políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Nesta obra, fica evidenciada em profundidade a complexa sociodiversidade vivida pelos povos estudados. Trata-se de um estudo a partir do qual se buscou dar atenção à concepção de sustentabilidade dos povos indígenas rionegrinos e às ações do Estado brasileiro, enfocando o espaço comunitário indígena (*maloca*) como lugar de tomada de decisões na formulação de políticas públicas (saúde e alternativas econômicas), além de empreender uma abordagem acerca do alcance das possibilidades e as dificuldades na busca de alternativas econômicas socialmente inclusivas, por parte dos agentes sociais indígenas estudados, a partir dos projetos e programas de desenvolvimento regional sustentável.

Para melhor compreensão das questões abordadas, no que tange aos problemas que afetam os povos indígenas, notadamente concernente às relações entre eles próprios e com o Estado, partiu-se de dois pressupostos fundamentais: o de que nenhum dos acontecimentos que ocorrem no interior das organizações humanas e em todo o ambiente que as cercam se dão de forma isoladas; e nada que se estabelece ou se constitui pode existir ou viver de forma definitiva e estática. “Tudo está em movimento e é sempre passivo de mudança. Essa condição é que tem dado os fundamentos ao caráter dinâmico tanto das entidades estatais quanto das não-governamentais, como também tem garantido que conceitos, como o de cidadania, tenham surgido e se mantenham sempre abertos a novas configurações. Daí decorrem os fatos de que a cidadania indígena é um processo sempre em construção e que, aos poucos, os indígenas vão desmontando e rompendo com o conceito de *tutela* imposto pelo Estado” (p. 195).

Em seu conjunto, o texto está estruturado em três partes articuladas e interdependentes. Na primeira, é feita uma análise sobre tensões ocorridas entre os povos indígenas do Médio e Alto rio Negro e o Estado brasileiro, buscando evidenciar as dificuldades relativas aos caminhos da cidadania indígena na região e problematizando o modelo de gestão da saúde concebida pelo Estado e envolvendo a participação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) como gestora dessa política pública. Importantes questões como demarcação de terra e cidadania indígena, concepção sistêmica de mundo, mineração, controle social, representatividade da FOIRN e políticas públicas são apresentadas e discutidas nessa unidade capitular. Neste complexo campo de tensões, é reconstituída sob novo olhar a dinâmica dos conflitos entre os povos indígenas e o Estado, evidenciando-se o protagonismo do movimento indígena, sobremaneira a partir de seu caráter organizativo, tendo à sua frente a Federação indígena. Ao abordar os passos dados por essa organização interétnica, focalizando sua forma de atuar na busca de meios para

atender às demandas discutidas e apresentadas pelas organizações de base a ela associadas e o modo como procura estabelecer relações com o Estado e outras organizações não-governamentais, o autor visualiza a sinalização de um projeto futuro de Estado. Vale destacar, como um dos núcleos básicos desta parte do trabalho, o conceito de cidadania, a partir do entendimento indígena verificado, qual seja, uma concepção que considera “os direitos já definidos, mas de maneira que esses direitos garantam políticas públicas que se traduzam em serviços de saúde, educação e outros benefícios.” Sua concretização implica a necessidade de se mover “esforços tanto por parte dos operadores de políticas no âmbito da administração pública como também a participação e acompanhamento dos agentes sociais, nos plano individual e coletivo, sempre buscando superar a condição vivenciada pela sociedade num movimento contínuo” (p. 61). Nesta primeira unidade capitular, é feita uma abordagem acerca da política pública de saúde, a qual é criticada como uma ação em que o Estado é apontado como o principal responsável pelo fracasso da gestão da saúde indígena na região do Médio e Alto rio Negro, quando – pela via da distritalização sanitária iniciada em 1999 - o governo federal decidiu cuidar da saúde dos povos indígenas mediante a terceirização da prestação de serviços. Conforme fica demonstrado neste estudo, “ao agir dessa forma, o Estado se enquadrou na lógica neoliberal da redução de suas atribuições, pelo deslocamento de responsabilidades na condição de Poder Público,” inviabilizando o funcionamento adequado do sistema de saúde, resultando na exposição aos riscos de ações pulverizadas e descordenadas, acompanhadas de ineficiência e ineficácia, sem prevenção contra práticas de corrupção, pela falta de acompanhamento técnico minucioso das ações conveniadas, pela falta de preparo adequado, por parte dos órgãos públicos. Ainda cabe destacar, nesta unidade – a partir das diversas expressões do *modus operandi* da FOIRN – a possibilidade de uma configuração resultante da articulação privilegiada entre os princípios do Estado e da comunidade, num movimento reformador que deve culminar num novo entendimento de organização estatal, nos termos preconizados por Boaventura de Sousa Santos (2006), quando este discorre sobre as evidências da projeção de uma emergente forma de organização política, em que o Estado passaria, num só tempo, a ser o articulador e integrante de um “conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais, locais e globais”. Essa concepção poderia vir a ser uma alternativa tanto ao modelo de Estado atual, que é pensado para operar sem levar em conta outros atores, quanto a uma sociedade ou comunidade que se pensa e se organiza para agir de forma isolada, sem articulação com os diversos atores e organizações existentes na sociedade, em geral” (p. 70).

A segunda parte do estudo discute o controle social como espaço relacional e de debates, dando especial atenção à estrutura organizacional e funcionamento da FOIRN como fórum de tomada de decisão das políticas públicas, às Organizações de Base e sua representatividade nas calhas dos rios, com sua complexidade estrutural e os desafios de caráter institucional que se apresentam. Nesta unidade, há a preocupação de se enfatizar a importância da Federação para os indígenas e as tensões e divergências no interior de suas organizações de base, enquanto buscam definir e apresentar demandas de políticas

públicas ao Estado para atendimento das necessidades das comunidades indígenas. Assim, é valorizado o aspecto organizativo do movimento indígena em referência, dando destaque à federação indígena aqui em referência como um modelo de *organização social em rede*. Ao partir de “uma concepção dialética de mundo e de sociedade, não é de se estranhar que no interior mesmo do movimento indígena e de suas organizações, tanto em se tratando das associações de base como da própria Federação, haja tensões e dissensos no campo onde se dão os debates sobre a definição das *políticas públicas*” (p. 126). É numa abordagem desde esta perspectiva que o presente estudo constata o grande esforço da FOIRN e de suas afiliadas, voltado para “a construção de propostas de políticas públicas a serem reivindicadas junto ao Estado em favor dos povos indígenas da região de sua abrangência administrativa. As alternativas econômicas ganharam significativa atenção nesse processo construtivo” (p. 133).

E por último, a terceira parte trata do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro, proposto pela Federação indígena em foco. Aqui, são abordados os programas de sustentabilidade existentes na região em análise, o saber ambiental aí praticado, as parcerias estabelecidas pela FOIRN e o desafio da gestão compartilhada. Ao longo do estudo apresentado nesta unidade, fica evidenciado que o uso adequado dos recursos naturais é uma prática ainda presente e cuidadosamente valorizada pelos indígenas da região. Não obstante, já é percebida a ameaça da escassez dos recursos disponíveis no ambiente natural onde vivem. Tal situação resulta do excesso de ocupação social que ocorre sobre o ambiente habitado pelas comunidades indígenas, à medida que os povos indígenas aqui referidos se concentram em uma determinada área, aumentando a pressão por mais recursos, “gerando o desequilíbrio entre o aumento da busca para o atendimento de suas necessidades e a quantidade de recursos naturais disponíveis no meio ambiente em que estão situados” (p. 178). Mesmo assim, nota-se que os agentes sociais nativos do Alto e Médio rio Negro insistem na busca de alternativas para solucionar esse problema, a partir de sua concepção de sustentabilidade, através da prática de manejo das espécies nativas por eles utilizadas para o atendimento de suas necessidades básicas. Neste particular, a realização de ações em parceria tanto com organizações governamentais quanto não-governamentais é vista como possibilidade de superação das dificuldades vivenciadas pela falta de alternativas econômicas que gerem condições para a sobrevivência das comunidades indígenas.